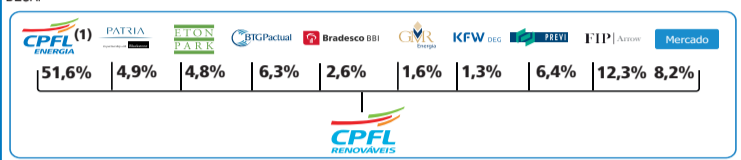


Mensagem do Presidente: O ano de 2014 foi marcante para a CPFL Renováveis. Demos continuidade na execução de nossa estratégia de crescimento, o que assegurou a liderança da Companhia em geração de energia renovável e a posicionou entre as 10 maiores empresas privadas de geração de energia no País. A capacidade instalada em operação atingiu 1,8 GW distribuídos em 80 usinas e parques eólicos em 8 estados brasileiros. Esses resultados refletem diversas realizações importantes ao longo do ano. Por um lado, concluímos a implantação dos complexos eólicos Macacos I (RN), Eurus (RN), e do último parque do complexo Atlântica (RS) - iniciais que adicionaram cerca de 260 MW de capacidade instalada ao nosso portfólio. Por outro lado, concluímos duas transações de M&A: DESA e Rosa dos Ventos, que foram incorporadas em 2014 e contribuíram com cerca de 345 MW de capacidade, dos quais 291MW em operação. Com o objetivo de consolidar nossa plataforma e torná-la mais robusta para a operação dos atuais ativos e para os novos projetos, promovemos revisões de estrutura, processos, sistemas e controles em diversas áreas da Companhia ao longo do ano. Dessa forma, encerramos 2014 com um crescimento de 31,9% na geração de energia nas 4 fontes renováveis (eólica, PCHs, biomassa e solar) em relação a 2013, atingindo 4,2 GWh. Nossa receita líquida atingiu R\$ 1,2 bilhão, crescimento de 22,5% em relação a 2013. Embora a condição hidrológica desfavorável verificada no período tenha afetado negativamente nosso resultado, o EBITDA de Companhia foi de R\$ 663,5 milhões em 2014, ou 17,8% superior ao do ano anterior. A situação de liquidez da CPFL Renováveis segue sólida. Ainda que as novas usinas e parques eólicos impliquem em avançamento financeiro ligada aos projetos, vale destacar que o perfil de endividamento da Companhia é adequado à nossa estratégia de crescimento, com prazos longos e custos competitivos. Ao término de 2014, contávamos, ainda, com 4 novos projetos em construção, que adicionarão 336 MW ao nosso portfólio nos próximos 3 anos: PCH Mata Velha, complexos eólicos Campo dos Ventos e São Benedito, parque eólico Morro dos Ventos II e o complexo eólico Pedra Cherosa. Além disso, a CPFL Renováveis possui pipeline de projetos a serem desenvolvidos de cerca de 4 GW. A execução dos projetos ao longo de 2014 e as novas iniciativas de crescimento da Companhia seguem em evolução e o potencial da geração de energia a partir de fontes renováveis na matriz elétrica brasileira. Segundo o Plano Decenal de Energia (PDE) 2022, as fontes renováveis deverão apresentar crescimento significativo nos próximos anos: os parques eólicos, usinas termelétricas movidas à biomassa, PCHs e usinas solares devem alcançar capacidade instalada total de 47 GW em 2023 (24% da matriz elétrica nacional), versus 17 GW em 2013, ou 14% da matriz elétrica. Assim, mesmo com um ano desafiador e difícil para o setor elétrico brasileiro, encerramos o período com uma Companhia maior e mais robusta. Seguimos comprometidos com a disciplina e sustentável para os nossos acionistas e molvidos com a nossa trajetória de crescimento e com nosso protagonismo no desenvolvimento e criação de valor para nós e das comunidades onde atuamos.

André Dorf - Diretor Presidente
A Administração da CPFL Energias Renováveis S.A. ("CPFL Renováveis" ou "Companhia") submete para apreciação o Relatório da Administração e os correspondentes Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, acompanhado do relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **1. Visão Geral:** A CPFL Energias Renováveis S.A. foi criada em 24 de agosto de 2011, como resultado da associação entre a CPFL Energia, através das controladas CPFL Geração e CPFL Brasil, e a ERSÁ - Energias Renováveis S.A. A implementação desta associação resultou na criação da maior empresa de energias renováveis do Brasil com presença marcante nas quatro principais tecnologias de energia renovável desenvolvidas atualmente no país - Parques Eólicos, Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), Usinas Termelétricas Movidas à Biomassa e Usinas Solar. Os empreendimentos da Companhia estão presentes em 8 estados brasileiros com forte contribuição para o desenvolvimento econômico e social local e regional. A CPFL Energias Renováveis S.A. é uma empresa produtora independente de energia, com foco exclusivo no mercado brasileiro de geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis, através do desenvolvimento, construção e operação de um portfólio de usinas de pequeno e médio porte. **2. Organograma Societário:** Abaixo a demonstração da composição acionária da Companhia após a associação com a DESA.



3. Ambiente de Comercialização de Energia: A demanda por energia elétrica varia em função do desempenho dos demais setores produtivos do País, que por sua vez, estão relacionados à atividade econômica no Brasil. Os projetos da Companhia que estão em construção ou em operação já possuem contratos de venda de energia de longo prazo. Para os futuros projetos deveremos comercializar a energia gerada com base em uma estratégia de maximização de retornos, selecionando as melhores oportunidades de venda entre a alocação no Ambiente de Contratação Livre (ACL), incluindo os Consumidores Especiais e os Consumidores Livres, e no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), através de leilões de energia. A receita operacional e os custos de geração das PCHs, dos Parques Eólicos e das Usinas Termelétricas Movidas à Biomassa sofrem relevante impacto da sazonalidade ao longo de todo o ano, com as seguintes características: - A menor velocidade média dos ventos faz com que os parques eólicos apresentem menores volumes de geração no 1º e 2º trimestres; - A safra da cana-de-açúcar na região sudoeste inicia-se em abril e tem seu término previsto para novembro. Já a safra da região nordeste tem seu ciclo de produção entre o início do ano posterior; - Dados que o conteúdo das receitas das usinas eólicas e das usinas de biomassa são crescentes ao longo do ano, devido ao aumento das vendas de energia elétrica. Esta receita ou despesa adicional será refletida na contabilização para cada período. Por fim, caso as usinas de geração não gerem o somatório das garantias físicas, por condições hidrológicas desfavoráveis, e/ou, em suas usinas ratem a diferença valorada pelo Preço de Liquidação de Diferenças - PLD, este efeito é definido como GSF ("Generation Scaling Factor"). **4. Portfólio em Operação:** Ao fim de 2014, o parque gerador da CPFL Renováveis atingiu 1.772,7 MW de capacidade em operação nas quatro fontes de energia renovável em que a Companhia atua. Em relação ao ano de 2013, o crescimento foi de 38,1%. A capacidade de operação da Companhia, que é a empresa líder no setor de energia renovável, está segmentada da seguinte forma:

Em MW	PCH	Eólica	Biomassa	Solar	Total
Operação	399,0	1.002,6	370,0	1,1	1.772,7
Construção	24,0	311,5	-	-	335,5
Total	423,0	1.314,1	370,0	1,1	2.108,2

5. Ambiente Macroeconômico: A atividade econômica mundial frustrou expectativas em 2014. Assim, no início do ano, o FMI assinalava crescimento de 4,0%, 12 meses depois, o mesmo organismo aponta para 3,1%, taxa próxima à observada em 2012 e 2013. Nesse intervalo, as economias emergentes decepcionaram o principal parceiro comercial do Brasil, a China, segue em desaceleração enquanto a Argentina, outro cliente externo da indústria brasileira não mostra sinais de recuperação da crise que vive há 8 anos. Europa e Japão parecem não ter crescido nos últimos meses, renovadas preocupações com o consumo declinante e longe de qualquer desempenho vigoroso. Em dissidência com a trajetória de outras regiões, a economia norte-americana performou de maneira bastante sólida. Com crescimento de 2,4% em 2014 e perspectivas de desempenho acima do potencial para os próximos anos - os Estados Unidos apresentaram indicadores positivos de mercado de trabalho, consumo, confiança de consumidores e empresários, com significativa retomada de investimentos. Nesse cenário, espere-se que o dinamismo norte-americano colabore para a retomada de um ciclo virtuoso de crescimento em 2015. Já o Brasil vive uma forte crise de confiança da indústria e dos consumidores, capitaneada pelas incertezas macroeconômicas, somadas a restrições de crédito, desalocação de recursos e o desempenho negativo da atividade industrial. A expectativa para 2015 é de um ano de ajustes e melhorias no consumo interno, com prioridade para o tema inflação, que deve ultrapassar o teto da meta no ano vigente - e para as expectativas inflacionárias. O pacote de ajustes anunciado pelo governo deve ser sentido por alguns setores-chave da nossa cadeia produtiva e pelo consumidor, que deverá ainda enfrentar um processo de estagnação do mercado de trabalho, com fechamento de postos de trabalho e desaceleração do rendimento. Essa desaceleração possivelmente terá reflexos nas vendas do comércio varejista, que devem crescer, em 2015, metade da taxa observada em 2014. Podemos, contudo, esperar alguma contribuição positiva do setor externo, já que a desvalorização do real tende a aumentar a competitividade das exportações brasileiras, em um cenário em que a demanda mundial tende a seguir crescendo. Apenas em 2016 devemos esperar um crescimento mais expressivo da economia, com confiança em alta, novos investimentos e melhoria do consumo interno.

6. Desempenho Econômico-Financeiro (em milhares de reais): **6.1. Apresentação:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, ocorreram os seguintes principais eventos na CPFL Renováveis: **• Aquisição e associação:** (i) Em 28 de fevereiro de 2014 foi concluída a aquisição de Rosa dos Ventos, consequentemente foram incorporados ao portfólio da Companhia 100% dos ativos dos parques eólicos (i) Canoa Quebrada, com capacidade instalada de 10,5 MW; e (ii) Lagoa do Mato, com capacidade instalada de 3,2 MW, localizados no litoral do Estado de Ceará. Ambos encontram-se em operação comercial, sendo que a totalidade da energia gerada pelos Parques Eólicos está contratada com a Eletrobrás, através do PROINFA - Programa de Incentivos à Fontes Alternativas de Energia Elétrica; (ii) Em 1º de outubro de 2014 foi concluída a associação entre a CPFL Renováveis e a Dobrevé Energia S.A. - DESA, em consequência, foram acrescentados 12 ativos de geração ao portfólio, distribuídos em cinco Estados nos quais a CPFL Renováveis já tem presença. Esse conjunto de usinas e parques eólicos totalizam 330,8 MW de capacidade instalada já contratada, dos quais 277,6 MW estão em operação e 53,2 MW em construção. Seguem os ativos incorporados à CPFL Renováveis com a associação com a DESA:

Em operação	Fonte U.F.	Município	Capacidade (MW)	Garantia física
PCH Figueiroópolis	PCH MT	Indavaí	19,4	12,5
PCH Luedesa	PCH SC	Ipuçu	30,0	20,5
PCH Novo Horizonte	PCH PR	Campina Grande do Sul	23,0	9,3
Complexo Morro dos Ventos	EOL RN	João Câmara	145,2	68,5
Complexo Eurus	EOL RN	Parazinho	60,0	31,6
Total em operação			277,6	142,4
Em construção	Fonte U.F.	Município	Capacidade (MW)	Garantia física
Parque Morro dos Ventos II	EOL RN	João Câmara	29,2	15,3
PCH Mata Velha	PCH MG	Unaí	24,0	13,1
Total em construção			53,2	28,4

• Entrada em operação comercial: (i) **Complexo eólico Atlânticas:** Mediante autorização concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em seu Despacho nº 681/14, em 22 de março de 2014, entrou em operação comercial o Parque Eólico Atlântica IV S.A., que compreende o investimento e o desempenho negativo da atividade industrial. A expectativa para 2015 é de um ano de ajustes e melhorias no consumo interno, com prioridade para o tema inflação, que deve ultrapassar o teto da meta no ano vigente - e para as expectativas inflacionárias. O pacote de ajustes anunciado pelo governo deve ser sentido por alguns setores-chave da nossa cadeia produtiva e pelo consumidor, que deverá ainda enfrentar um processo de estagnação do mercado de trabalho, com fechamento de postos de trabalho e desaceleração do rendimento. Essa desaceleração possivelmente terá reflexos nas vendas do comércio varejista, que devem crescer, em 2015, metade da taxa observada em 2014. Podemos, contudo, esperar alguma contribuição positiva do setor externo, já que a desvalorização do real tende a aumentar a competitividade das exportações brasileiras, em um cenário em que a demanda mundial tende a seguir crescendo. Apenas em 2016 devemos esperar um crescimento mais expressivo da economia, com confiança em alta, novos investimentos e melhoria do consumo interno.

• Parques Eólicos S.A., Atlântica II Parque Eólico S.A., Atlântica IV Parque Eólico S.A. e Atlântica V Parque Eólico S.A.: localizados no município de Palmares do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, possui capacidade instalada de 120 MW. Desde novembro de 2013 até abril de 2014 as companhias do Complexo eólico Atlântica entraram em operação gradualmente; (ii) **Complexo eólico Santa Clara:** Mediante autorização concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio dos Despatches nº 792/14 e nº 899/14, entraram em operação comercial 116 MW, a partir de 29 de março de 2014 e 70 MW, a partir de 3 de abril de 2014, respectivamente, os parques eólicos Santa Clara I, Santa Clara II, Santa Clara III, Santa Clara IV, Santa Clara V e Eurus IV, quando a energia produzida por essas usinas passou a estar disponível no sistema, em sua totalidade; (iii) **Complexo eólico Eurus (DESA):** Mediante autorização concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio do Despacho nº 4.656/14, entraram em operação comercial 60 MW, a partir de 3 de dezembro de 2014, os parques eólicos Eurus I e Eurus II, quando a energia produzida por essas usinas passou a estar disponível no sistema, em sua totalidade; (iv) **Complexo eólico Macacos I:** Mediante autorização concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio dos Despatches nº 4.656/14, nº 4.706/14 e nº 4.766/14, entraram em operação comercial 41,4 MW, a partir de 3 de dezembro de 2014, 16,1 MW, a partir de 2 de dezembro de 2014 e 20,7 MW, a partir de 11 de dezembro de 2014, respectivamente, os parques eólicos Costa Branca, Piedra Preta, Jurema e Macacos, quando a energia produzida por essas usinas passou a estar disponível no sistema, em sua totalidade e (v) **Parque eólico Campo dos Ventos II:** Mediante autorização concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio do Despacho nº 4.706/14, entrou em operação comercial 30 MW, a partir de 5 de dezembro de 2014, correspondente ao parque eólico Campo dos Ventos II, quando a energia produzida por essa usina passou a estar disponível no sistema, em sua totalidade. **• Incorporação:** Em 15 de

Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ativo Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	280.525	250.402	828.411
Aplicações financeiras	6	-	-	4.888
Títulos e valores mobiliários	12	-	-	4.952
Dividendos a receber	11	99.061	-	-
Contas a receber de clientes	7	33.066	6.470	233.335
Adiantamentos a fornecedores		34	5.820	7.105
Impostos a recuperar	8	6.632	3.801	70.875
Títulos creditados		9.941	3.904	21.174
Total do ativo circulante		429.159	269.587	1.166.224
Não Circulante				
Depósitos judiciais	20	213	177	8.006
Aplicações financeiras vinculadas	6	-	-	248.127
Outros créditos	9	-	87	76.108
Provisões diferidas	25	-	-	5.404
Reservas de lucros	11	1.916	1.246	26.348
Partes relacionadas	10	8.530	126.492	6.281
Investimentos	11	6.087.689	4.807.932	-
Imobilização	12	14.165	12.861	6.483.826
Total do ativo não circulante	13	7.947	7.475	3.626.494
Total do Ativo		6.547.703	5.224.611	11.635.876

Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Passivo e Patrimônio Líquido Circulante				
Fornecedores	14	24.871	7.572	106.182
Prepósitos e financiamentos	15	80.385	231.657	354.290
Debitários	16	212.464	2.063	323.332
Partes relacionadas	10	344.205	50.481	-
Dividendos a pagar	-	-	-	4.000
Contas a pagar de aquisições	17	66.363	10.477	70.994
Obrigações trabalhistas		5.946	5.626	5.946
Obrigações tributárias		3.183	2.153	51.951
Adiantamentos de clientes	18	-	-	74.297
Provisão para custos socioambientais	-	-	-	6.816
Outros passivos		8.071	7.164	22.151
Total do passivo circulante		745.688	320.195	1.019.959
Não Circulante				
Fornecedores	14	-	-	633
Prepósitos e financiamentos	15	788.089	856.019	3.555.888
Debitários	16	705.268	427.403	1.416.226
Partes relacionadas	10	-	-	23.843
Adiantamentos de clientes	18	-	-	49.938
Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos	19	-	-	33.608
Outros passivos		3.077	2.547	33.608
Total do passivo não circulante		1.571.518	1.340.055	6.273.419
Patrimônio Líquido				
Capital integralizado		3.390.444	2.907.487	2.907.487
Reserva de capital		878.903	604.599	878.903
Reservas de lucros		1.292	1.171	1.292
Ajuste de avaliação patrimonial		47.501	51.114	47.501
Prejuízos acumulados		(87.643)	-	(87.643)
Patrimônio líquido atribuído aos controladores		4.230.497	3.564.361	4.230.497
Participação de não controladores		112.001	112.001	112.001
Total do patrimônio líquido		4.230.497	3.564.361	4.230.497
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		6.547.703	5.224.611	11.635.876

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31/12/2014 e de 2013 (Em milhares de reais - R\$)

	Reserva de Capital		Reservas de Lucros		Pagamento Baseado em Ações	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido Atribuído aos Controladores		Participação de Não Controladores	Total
	Reserva Legal	Reserva de Lucros a Realizar	Reserva de Retenção de Lucros	Reserva de Lucros				31/12/2014	31/12/2013		
Saldos em 31/12/2012		2.675.731		528.988				3.290.734	10.383	3.301.117	
Oferta pública de ações realizadas em 17/07/2013		222.422		-			350.000	-	-	350.000	
Ações suplementares a oferta pública realizada em 19/08/2013		9.334		5.353			-	14.687	-	14.687	
Gastos na emissões de ações		-		(36.187)			-	(36.187)	-	(36.187)	
Realização da reserva de ajuste de avaliação patrimonial		-		-		(2.238)	2.238	-	-	-	
Pagamento baseado em ações		-		-		74	-	74	-	74	
Integração de capital social de não controladores		-		-		-	-	3.586	-	3.586	
Prejuízo do exercício		-		-		(54.947)	(54.947)	(54.947)	(70)	(55.017)	
Proposta da Administração - AbSORção do prejuízo do exercício		-		(21.143)		-	-	-	-	-	
Saldos em 31/12/2013		2.907.487		604.589		1.171	51.114	3.564.361	13.879	3.578.240	
Aumento de capital realizado em 28/02/2014		551		-		-	351	-	-	351	
Aumento de capital realizado em 26/06/2014		365		-		-	365	-	-	365	
Aumento de capital realizado em 11/10/2014		481.834		351.829		-	-	833.663	106.320	939.983	
Aumento de capital realizado em 30/10/2014		217		-		-	217	-	-	217	
Realização da reserva de ajuste de avaliação patrimonial		-		-		(3.613)	3.613	-	-	-	
Pagamento baseado em ações		-		-		121	-	121	-	121	
Resgate de reserva de não controladores		-		-		-	-	-	(2.185)	(2.185)	
Pagamento antecipado de dividendos para não controladores		-		-		-	-	-	7.423	(7.423)	
Prejuízo do exercício		-		-		(168.771)	(168.771)	(168.771)	(1.410)	(167.361)	
Proposta da Administração - AbSORção do prejuízo do exercício		-		(77.515)		-	-	-	-	-	
Saldos em 31/12/2014		3.390.444		878.903		1.292	47.501	(87.643)	4.230.497	112.001	4.232.498

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Relatório da Administração

(R\$MI)	2014		2013		2014 versus 2013	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Receita líquida	1.247.627	1.018.611	-	-	22,5%	-
Custo de geração de energia elétrica	(464.693)	(396.096)	-	-	30,5%	-
Depreciação e amortização	(299.630)	(217.452)	-	-	37,8%	-
Lucro bruto	483.304	445.063	-	-	8,6%	-
Despesas gerais e administrativas	(119.419)	(99.410)	-	-	20,1%	-
Amortização do direito de exploração	(128.530)	(128.277)	-	-	0,2%	-
Depreciação e amortização	(4.074)	(2.626)	-	-	55,1%	-
Lucro operacional	231.281	214.750	-	-	7,7%	-
Resultado financeiro	(364.997)	(259.160)	-	-	40,8%	-
IR e CS	(33.645)	(10.607)	-	-	217,2%	-
Resultado líquido	(167.361)	(55.017)	-	-	204,2%	-
EBITDA ⁽¹⁾	663.515	563.105	-	-	17,8%	-
Margem EBITDA ⁽²⁾	53,2%	55,3%	-2,1 pontos percentuais	-	-	-
EBITDA ajustado ⁽³⁾	810.451	737.761	-	-	9,9%	-
Margem EBITDA ajustada	65,0%	72,4%				

Table with columns: Séries de opções, Quantidade de ações exercíveis, Data de outorga, Valor justo na data da outorga, Saldo contabilizado, Preço de exercício (5 opções), Controladoras indiretas

No exercício findo em 31/12/2014, foi provisionado o montante de R\$121 (R\$74 foi provisionado em 31/12/2013) na rubrica "Remuneração dos Administradores". Durante o exercício de 2013 nenhuma opção foi exercida. Em 28/02/2014, alguns beneficiários exerceram suas opções de compra de ações da Companhia, com a realização de aumento do capital social, no montante de R\$551, e emissão de 61.304 novas ações (vide nota explicativa nº 21 (a)).

Table with columns: Controladora/Consolidado, 31/12/2014, 31/12/2013

Benefícios de curto prazo a empregados: Salários e honorários 4.282, 4.126; Encargos sociais e benefícios 1.772, 1.664; Remuneração variável -; Pagamento baseado em ações 121, 74; Participação nos lucros 2.387, 1.891; Outros 343, -; Total 8.905, 7.755

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada 28/04/2014, foi autorizado o montante de R\$8.450, para a remuneração global anual da Administração da Companhia referente ao exercício de 2014. O valor de R\$455, pago além do autorizado, decorre do pagamento de verbas rescisórias relativas ao desligamento de diretores estatutários da Companhia.

Table with columns: Controladora, 31/12/2014, 31/12/2013

Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial: Póliza patrimonial líquido da controlada 4.163.553, 3.284.267; Adiantamentos para futuro aumento de capital 123.290, 172.833; Direito de exploração de atividade de geração - autorização incluindo os efeitos tributários 1.800.846, 1.350.832; Total do investimento 6.087.689, 4.807.932

Table with columns: Controladora, 31/12/2014, 31/12/2013

Composição da equivalência patrimonial: Equivalência patrimonial 129.633, 193.907; Amortização de juros capitalizados (1.365), (1.365); Amortização direta de autorização (i) (87.579), (88.210); Impostos diferidos (ii) 30.271, 30.117; Subtotal (57.308), (58.093); Total 70.960, 134.449

(i) Apresentado líquido R\$57.308 (conforme nota nº 11) - Direito de exploração, líquido dos impostos diferidos Participações em empresas controladas diretas e indiretas. Informações gerais:

Table with columns: Controladas diretas, Quantidade (mil) de ações, Participação no capital %, Patrimônio líquido (passivo a descoberto), Resultado do período, Participação patrimônio líquido (passivo a descoberto), Resultado de equivalência patrimonial

Table with columns: Saldo em 31/12/2013, Aumento/(Reduções) de capital, Amortização de Juros, Transfêrencia de Investimento, Reestruturação societária, Aquisição (nota explicativa 1.1 e 1.2), Resultado de equivalência patrimonial, Dividendos recebidos, Dividendos a receber, Saldo em 31/12/2014

Alto Irani 45.631; Atlântica I 5.483; Atlântica II 3.482; Atlântica III 4.486; Atlântica IV 6.511; Atlântica V 2.276; Baixa Verde 26.942; Bio Alvorada 148.400; Bio Buri 23.463; Bio Coopcana 42.627; Bio Energia 115.061; Bio Fôrma 1.153; Bio Ipe 212.617; Boa Vista 12; Boa Vista 2 2.456; Cachoeira Grande 7.570; Cajueiro 479; Campos dos Ventos I 9.25; Campos dos Ventos II 8.804; Campos dos Ventos III 123; Campos dos Ventos IV 9.416; Campos dos Ventos V 830; Dobrevé Energia 87.757; Eólica Holding 111; Eurus V 41.981; Eurus VI 338; Farol de Touro 114; Figueira Branca 51; Gameleira 1.114; Juremas 54.146; Laceranas 3.089; PCH Holding 447.576; PCH Participações 294.158; Pedra Cherosa I 11.250; Pedra Cherosa II 10.303; Penedo 1.808; Plano Alto 33.822; Rosa dos Ventos 3.276; Salto Góes 94.503; Santa Clara I 154.024; Santa Clara II 133.406; Santa Clara III 133.706; Santa Clara IV 134.394; Santa Clara V 137.789; Santa Clara VI 137.743; Santa Cruz 6.273; Santa Mônica 8.345; Santa Ursula 7.747; São Benedito 13.467; São Domingos 14.011; SIF Energias 13.531; SIF Desenvolvimento 576; Solar 2.898; Tombo 272.330; Turbina 16 23; Turbina 17 18; Turbina 18 16; Ventos de Santo Dimas 231; Ventos de São Martinho 11.420; Subtotal do investimento 3.284.267; Total do investimento 4.163.553

direitos de exploração líquido dos efeitos fiscais: Em 31/12/2013 e 2014, a Companhia possuía saldo de direito de exploração das seguintes SPEs:

Table with columns: Saldo em 31/12/2013, Amortização de preço, Transfêrencia, Saldo em 31/12/2013

Table with columns: Saldo em 31/12/2012, Amortização, Transfêrencia, Saldo em 31/12/2013

Table with columns: Quantidade (mil) de ações, Participação no capital %, Patrimônio líquido (passivo a descoberto), Resultado do período, Participação patrimônio líquido (passivo a descoberto), Resultado de equivalência patrimonial

Table with columns: Saldo em 31/12/2012, Aumento/(Reduções) de capital, Amortização de Juros, Transfêrencia de Investimento, Incorporação, Resultado de equivalência patrimonial, Dividendos recebidos, Dividendos a receber, Saldo em 31/12/2013

Movimentação dos investimentos no exercício findo em 31/12/2013 e 2014 - controladora:

Table with columns: Saldo em 31/12/2012, Aumento/(Reduções) de capital, Amortização de Juros, Transfêrencia de Investimento, Incorporação, Resultado de equivalência patrimonial, Dividendos recebidos, Dividendos a receber, Saldo em 31/12/2013

(a) Saldo referentes a aportes de capital a título de adiantamento para futuros aumentos de capital em suas controladas. A Companhia pretende integralizá-los até 31/03/2015. Dividendos a receber: Em 31/12/2014, a Companhia possuía saldo de dividendos declarados a receber das seguintes SPEs:

Table with columns: Saldo em 31/12/2013, Saldo em 31/12/2014

Alto Irani 22.388; Bio Fôrma 3.793; Campos dos Ventos IV 103; Campos dos Ventos V 103; Eurus V 97; Laceranas 15.675; Plano Alto 18.963; Salto Góes 2.325; SIF Energias 1.847; T-15 33.002; Total 99.061

Table with columns: Terrenos, Edificações, obras civis e benfeitoria, Máquinas e equipamentos, Veículos, Móveis e utensílios, Em curso, Total

Table with columns: Saldos em 31/12/2012, Saldo em 31/12/2013

Table with columns: Saldo em 31/12/2012, Saldo em 31/12/2013

Table with columns: Saldo em 31/12/2012, Saldo em 31/12/2013

Table with columns: Saldo em 31/12/2012, Saldo em 31/12/2013

Table with columns: Saldo em 31/12/2012, Saldo em 31/12/2013

Table with columns: Saldo em 31/12/2012, Saldo em 31/12/2013

Table with columns: Saldo em 31/12/2012, Saldo em 31/12/2013

Table with columns: Saldo em 31/12/2012, Saldo em 31/12/2013

Table with columns: Saldo em 31/12/2012, Saldo em 31/12/2013

Table with columns: Saldo em 31/12/2012, Saldo em 31/12/2013

Table with columns: Saldo em 31/12/2013, Adição, Baixa, Amortização, Transfêrencia, Saldo em 31/12/2014

Total do direito de exploração, líquido impostos diferidos 1.350.832, 507.647 (325), (57.308) 1.800.846

O direito de exploração será amortizado pelo prazo remanescente das respectivas autorizações concessivas, a partir da entrada em operação do empreendimento. Em 31/12/2014, a Companhia não identificou nenhum evento que pudesse gerar a necessidade de registro de R\$3.814,33 por redução ao valor recuperável dos investimentos. Incorporações: a) Jantus: Em 26/03/2013, os acionistas da Companhia aprovaram, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da sua subsidiária integral Jantus S.L., nos termos do Protocolo de Incorporação e Justificação e do Laudo de Avaliação relacionado à incorporação, também aprovados na referida data, mediante prévia recomendação do Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada no dia 29/11/2012.

Conforme decisão do CVM, prevalece no OFÍCIO/CVM/SEGEA-1 nº 725/12, a Companhia foi dispensada, com base na Deliberação nº 559, nos termos do Protocolo de Incorporação e Justificação e do Laudo de Avaliação, também aprovados na referida data. Como resultado da incorporação, a SPE Boa Vista 1 foi extinta, e o capital social da PCH Holding aumentou em R\$1, mediante a emissão de 10.767 novas ações ordinárias. Tendo em vista que a Companhia era a controladora da Boa Vista 1, as novas ações foram emitidas em nome da CPFL Renováveis em substituição às ações que possuía no capital social da incorporada. Transfêrencia de contratos societários: Reestruturação de empresas sobre controle comum, portaria, realizadas pelo valor de livros. a) Em 18/10/2013, a CPFL Renováveis conferiu o controle societário das controladas SPE Pedra Preta Energia S.A., SPE Juremas Energia S.A., SPE Macacos Energia S.A. e SPE Costa Branca Energia S.A. para a Eólica Holding S.A., controlada direta da CPFL Renováveis, com o objetivo de viabilizar a contratação de financiamento para os respectivos projetos com o BNDES. b) Em 28/02/2014, a CPFL Renováveis e a SIF Energias do Brasil Ltda. ("SIF Energias") efetuaram aumento de capital na SIF Desenvolvimento de Projetos de Energia Eólica Ltda. ("SIF Desenvolvimento"), nos montantes de R\$1.169 e R\$8.468, respectivamente, utilizando o saldo de adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC. Com esse aumento, a CPFL Renováveis, detentora de 99,99% do capital social da SIF Desenvolvimento, passou a ter 86,93% do capital social e a SIF Energias passou a ter a participação de 13,07%. Após essa operação, a SIF Energias, efetuou um novo aumento de capital na SIF Desenvolvimento, no montante de R\$30.533, referente aos saldos em aberto de multo a receber e compartilhamento de despesas a receber. Com esse aumento a SIF Energias passou a ser controladora da SIF Desenvolvimento, detendo a participação de 90,84% do capital social e a CPFL Renováveis detendo a participação de 9,16% do capital social da SIF Desenvolvimento. Considerando que a CPFL Renováveis é controladora da SIF Energias, com participação de 99,99% do capital social, a mesma passou a ser controladora indireta da SIF Desenvolvimento. Adiantamentos para futuros aumentos de capital - (a):

Table with columns: Saldo em 31/12/2013, Saldo em 31/12/2014

Table with columns: Saldo em 31/12/2013, Saldo em 31/12/2014

Table with columns: Saldo em 31/12/2013, Saldo em 31/12/2014

Table with columns: Saldo em 31/12/2013, Saldo em 31/12/2014

Table with columns: Saldo em 31/12/2013, Saldo em 31/12/2014

Table with columns: Saldo em 31/12/2013, Saldo em 31/12/2014

Table with columns: Saldo em 31/12/2013, Saldo em 31/12/2014

Table with columns: Saldo em 31/12/2013, Saldo em 31/12/2014

Table with columns: Saldo em 31/12/2013, Saldo em 31/12/2014

Table with columns: Saldo em 31/12/2013, Saldo em 31/12/2014

Table with columns: Saldo em 31/12/2013, Saldo em 31/12/2014

Table with columns: Saldo em 31/12/2013, Saldo em 31/12/2014

Table with columns: Saldo em 31/12/2013, Saldo em 31/12/2014

Table with columns: Saldo em 31/12/2013, Saldo em 31/12/2014

Table with columns: Saldo em 31/12/2013, Saldo em 31/12/2014

Table with columns: Saldo em 31/12/2013, Saldo em 31/12/2014

Table with columns: Saldo em 31/12/2013, Saldo em 31/12/2014

Table with columns: Saldo em 31/12/2013, Saldo em 31/12/2014

Table with columns: Saldo em 31/12/2013, Saldo em 31/12/2014

Table with columns: Saldo em 31/12/2013, Saldo em 31/12/2014

Table with columns: Saldo em 31/12/2013, Saldo em 31/12/2014

Table with columns: Saldo em 31/12/2013, Saldo em 31/12/2014

Table with columns: Saldo em 31/12/2013, Saldo em 31/12/2014

Table with columns: Saldo em 31/12/2013, Saldo em 31/12/2014

Table with columns: Saldo em 31/12/2013, Saldo em 31/12/2014

Table with columns: Saldo em 31/12/2013, Saldo em 31/12/2014

Table with columns: Saldo líquido, Data prevista de entrada em operação (**), 31/12/2014, 31/12/2013. Rows include various projects like Atlântica IV, Atlântica V, Baixa Verde, Bio Buri, etc.

Table with columns: Saldo em 31/12/2012, Baixa, Amortização, Saldo em 31/12/2013. Rows include various projects like Aiuarooca, Alto Irani, Anoreado, etc.

Table with columns: Saldo em 31/12/2013, Adição, Amortização, Transferência, Saldo em 31/12/2014. Rows include various projects like Santa Ursula, São Benedito, São Domingos, etc.

(*) Empreendimento em fase de preparação. (**) Informação não auditada pelos auditores independentes. (a) Do montante de R\$262.225 referente à mobilização em curso, R\$24.649 referem-se, basicamente, a melhorias nos ativos em operação, visando a otimização da geração de energia.

Mensuradas ao custo BNDES - Repetição BNDES - Investimento Instituições financeiras Total

Table with columns: Saldo em 31/12/2012, Liberações, Juros, Custo de captação, Amortização do custo de captação, Pagamento juros, Saldo em 31/12/2014. Rows include various financial metrics.

Table with columns: Saldo em 31/12/2012, Custos, Amortização acumulada, Saldo em 31/12/2013, Custos, Amortização acumulada, Saldo em 31/12/2014, Custos, Amortização acumulada.

Table with columns: Mensuradas ao custo, BNDES - Repetição, BNDES - Investimento, Instituições financeiras, Total.

Table with columns: Saldo em 31/12/2012, Liberações, Juros, Custo de captação, Amortização do custo de captação, Pagamento juros, Saldo em 31/12/2014.

Table with columns: Saldo em 31/12/2012, Custos, Amortização acumulada, Saldo em 31/12/2013, Custos, Amortização acumulada, Saldo em 31/12/2014, Custos, Amortização acumulada.

Table with columns: Mensuradas ao custo, BNDES - Repetição, BNDES - Investimento, Instituições financeiras, Total.

Table with columns: Saldo em 31/12/2012, Liberações, Juros, Custo de captação, Amortização do custo de captação, Pagamento juros, Saldo em 31/12/2014.

Table with columns: Saldo em 31/12/2012, Custos, Amortização acumulada, Saldo em 31/12/2013, Custos, Amortização acumulada, Saldo em 31/12/2014, Custos, Amortização acumulada.

Table with columns: Mensuradas ao custo, BNDES - Repetição, BNDES - Investimento, Instituições financeiras, Total.

Table with columns: Saldo em 31/12/2012, Liberações, Juros, Custo de captação, Amortização do custo de captação, Pagamento juros, Saldo em 31/12/2014.

Table with columns: Saldo em 31/12/2012, Custos, Amortização acumulada, Saldo em 31/12/2013, Custos, Amortização acumulada, Saldo em 31/12/2014, Custos, Amortização acumulada.

Table with columns: Mensuradas ao custo, BNDES - Repetição, BNDES - Investimento, Instituições financeiras, Total.

Table with columns: Saldo em 31/12/2012, Liberações, Juros, Custo de captação, Amortização do custo de captação, Pagamento juros, Saldo em 31/12/2014.

Table with columns: Saldo em 31/12/2012, Custos, Amortização acumulada, Saldo em 31/12/2013, Custos, Amortização acumulada, Saldo em 31/12/2014, Custos, Amortização acumulada.

Table with columns: Mensuradas ao custo, BNDES - Repetição, BNDES - Investimento, Instituições financeiras, Total.

Table with columns: Saldo em 31/12/2012, Liberações, Juros, Custo de captação, Amortização do custo de captação, Pagamento juros, Saldo em 31/12/2014.

Table with columns: Saldo em 31/12/2012, Custos, Amortização acumulada, Saldo em 31/12/2013, Custos, Amortização acumulada, Saldo em 31/12/2014, Custos, Amortização acumulada.

Table with columns: Mensuradas ao custo, BNDES - Repetição, BNDES - Investimento, Instituições financeiras, Total.

Table with columns: Saldo em 31/12/2012, Liberações, Juros, Custo de captação, Amortização do custo de captação, Pagamento juros, Saldo em 31/12/2014.

Consolidado Saldo em 31/12/2012 Liberações Juros Custo de captação Amortização do custo de captação Amortização Pagamento Saldo em 31/12/2013

Saldo em 31/12/2013 Associação Emissões Juros Custo de emissão Amortização do custo de emissão Amortização Pagamento Saldo em 31/12/2014

Principais movimentações no exercício: Moeda nacional - Orla pública de distribuição da 2ª emissão de debêntures simples; Em 11/04/2014, a Companhia concluiu a oferta pública de distribuição da 2ª emissão de debêntures simples...

Controlladora Consolidado Vencimento Valor Vencimento Valor

Condições restritivas: As emissões de debêntures vigentes no exercício findo em 31/12/2014 contemplam cláusulas que requerem da Companhia a manutenção dos seguintes índices financeiros: 1ª emissão - CPFL Renováveis - Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço de Dívida da Operação maior que igual a 1,00 - Manutenção de Índice de Dívida maior que igual a 1,05...

Controlladora Consolidado Campo dos Ventos I (a) Campo dos Ventos II (a) Campo dos Ventos V (a) Campo dos Ventos VI (a)

(a) Inclui R\$6.370 referentes à compra dos projetos de geração eólica, localizados nos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte. O valor será pago na entrada em operação desses parques eólicos e é corrigido pela inflação (IGP-M e IPCA). (b) A Companhia firmou compromisso com sócio não controlador referente a pagamento complementar na compra de algumas SPFs...

Consolidado 31/12/2014 31/12/2013 31/12/2012 31/12/2011 31/12/2010

CEEAR* CER** Mercado Livre Proflta Aluguel de linha de transmissão (***) Passivo circulante Não Circulante

* Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado. ** Contrato de Energia de Reserva. *** Aluguel de estrutura de linha de transmissão recebido do INE em 31/12/2014, o saldo de contas de adiantamentos de clientes...

Consolidado Saldo em 31/12/2012 Provisão (Reversão) de provisão Aquisição Pagamento Ajuste a valor presente Saldo em 31/12/2013

Consolidado Saldo em 31/12/2013 Provisão (Reversão) de provisão Aquisição Pagamento Ajuste a valor presente Saldo em 31/12/2014

19.1. Provisões para custos socioambientais: Em 31/12/2014, o saldo total da provisão para custos socioambientais era de R\$6.816 (R\$3.016 em 31/12/2013) no passivo circulante e R\$6.909 (R\$4.970 em 31/12/2013) no passivo não circulante.

Consolidado 31/12/2014 31/12/2013 31/12/2012 31/12/2011 31/12/2010

Trabalhista Cíveis Outros passivos contingentes Depósitos judiciais

Consolidado 31/12/2014 31/12/2013 31/12/2012 31/12/2011 31/12/2010

Trabalhista Cíveis Outras passivos contingentes Depósitos judiciais

Consolidado 31/12/2014 31/12/2013 31/12/2012 31/12/2011 31/12/2010

Trabalhista Cíveis Outras passivos contingentes Depósitos judiciais

Consolidado 31/12/2014 31/12/2013 31/12/2012 31/12/2011 31/12/2010

Trabalhista Cíveis Outras passivos contingentes Depósitos judiciais

Consolidado 31/12/2014 31/12/2013 31/12/2012 31/12/2011 31/12/2010

Em 28/03/2013, a CPFL Energia, de forma a promover a centralização das atividades de geração de energia na CPFL Energia, realizou, a operação de cisão parcial da CPFL Brasil, que resultou na transferência para a CPFL Energia dos ativos e passivos relacionados ao investimento de 27,51%, detido pela CPFL Brasil na Companhia...

paraparas de quaisquer ônus ou gravames, lançada em 27/06/2013. Foram distribuídas, no total, 73,1 milhões de ações a R\$12,51 cada, variando o montante de R\$914.686. A operação promoveu a captação bruta (i) de R\$364.687 na oferta primária e complementar, que foram destinadas à conta de capital social e ao valor do preço por ação correspondente ao patrimônio líquido dividido pelo número total de ações na data-base de 31/03/2013...

Saldo em 31/12/2012 Oferta pública de ações (b) Compensação de prejuízos (d) Associação DESA (c)

Saldo em 31/12/2013 Associação Emissões Juros Custo de emissão Amortização do custo de emissão Amortização Pagamento Saldo em 31/12/2014

Saldo em 31/12/2012 (a) Oferta pública de ações (b) Compensação de prejuízos (d) Associação DESA (c) Constituição da reserva (i) Valor justo (ii) Variações patrimoniais de incorporação Compensação de prejuízos (d)

Saldo em 31/12/2013 Associação Emissões Juros Custo de emissão Amortização do custo de emissão Amortização Pagamento Saldo em 31/12/2014

Resultado básico por ação Numerador Prejuízo disponível aos acionistas ordinários (em milhares R\$) Denominador Média ponderada de número de ações ordinárias

Consolidado 2014 2013 Resultado básico por ação Numerador Prejuízo disponível aos acionistas ordinários (em milhares R\$) Denominador Média ponderada de número de ações ordinárias

Prejuízo do exercício (a) Realização da conta de ajuste de avaliação patrimonial Prejuízo ajustado (a) (-) Reserva legal (baseada no lucro líquido ajustado) Base de cálculo dos dividendos

Consolidado 2014 2013 Prejuízo do exercício (a) Realização da conta de ajuste de avaliação patrimonial Prejuízo ajustado (a) (-) Reserva legal (baseada no lucro líquido ajustado) Base de cálculo dos dividendos

20. Receita Operacional Líquida: As receitas são reconhecidas de acordo com os contratos firmados. Recreio Impacto Liquidado: As receitas são reconhecidas de acordo com os contratos firmados.

Controlladora Consolidado 2014 2013 2014 2013 Receita de venda de energia Outras receitas Recreio bruta

Controlladora Consolidado 2014 2013 2014 2013 Receita de venda de energia Outras receitas Recreio bruta

Controlladora Consolidado 2014 2013 2014 2013 Receita de venda de energia Outras receitas Recreio bruta

Controlladora Consolidado 2014 2013 2014 2013 Receita de venda de energia Outras receitas Recreio bruta

Controlladora Consolidado 2014 2013 2014 2013 Receita de venda de energia Outras receitas Recreio bruta

Controlladora Consolidado 2014 2013 2014 2013 Receita de venda de energia Outras receitas Recreio bruta

Controlladora Consolidado 2014 2013 2014 2013 Receita de venda de energia Outras receitas Recreio bruta

Controlladora Consolidado 2014 2013 2014 2013 Receita de venda de energia Outras receitas Recreio bruta

Controlladora Consolidado 2014 2013 2014 2013 Receita de venda de energia Outras receitas Recreio bruta

Controlladora Consolidado 2014 2013 2014 2013 Receita de venda de energia Outras receitas Recreio bruta

Controlladora Consolidado 2014 2013 2014 2013 Receita de venda de energia Outras receitas Recreio bruta

Controlladora Consolidado 2014 2013 2014 2013 Receita de venda de energia Outras receitas Recreio bruta

Controlladora Consolidado 2014 2013 2014 2013 Receita de venda de energia Outras receitas Recreio bruta

Controlladora Consolidado 2014 2013 2014 2013 Receita de venda de energia Outras receitas Recreio bruta

(*) Data de Referência 31/12/2014. (**) Reajuste do contrato de compra da energia realizado no dia do reajuste tarifário do comprador (distribuidor). (***) Variação do preço decorrente do reajuste aplicado na receita fixa do contrato. (****) Reajuste do contrato é realizado na data do reajuste tarifário do comprador (consumidores finais).

(a) A Companhia e determinadas controladas participam do MRE - Mecanismo de Realocação de Energia. Durante o primeiro semestre de 2013 e de 2014, os participantes desse mecanismo não geraram o volume de garantia física sazonalizada pelos agentes no período devido a condições hidrológicas desfavoráveis. Decorente deste fato, os agentes participantes do MRE tiveram que comprar energia no mercado de curto prazo a preços de PLD - Preço de Liquidação das Diferenças. Adicionalmente, em decorrência da postergação de entrada em operação de algumas usinas durante o primeiro semestre de 2014 (nota explicativa nº 12), a Companhia e suas controladas compraram energia no mercado para honrar seus contratos, no quarto trimestre de 2014, em decorrência de acordo firmado com fornecedor de equipamentos, controladas da Companhia, contabilizaram indetido a título de reembolso de compra de energia, o montante de R\$28.964.

Controlladora Consolidado 2014 2013 2014 2013 Recetas financeiras: Receita de aplicação financeira Variações monetárias ativas Ajuste a valor presente Outras Total

Controlladora Consolidado 2014 2013 2014 2013 Despesas financeiras: Juros sobre empréstimos e debêntures Juros capitalizados no imobilizado Fiança bancária/Comissões e corretagens Variações monetárias passivas Ajuste a valor presente Outras Juros Total

25. Imposto de Renda e Contribuição Social: 25.1. Imposto de renda e contribuição social corrente: A Administração da Companhia adotou o regime de tributação com base no lucro presumido para apuração do imposto de renda e da contribuição social para suas controladas em operação, com exceção das SPFs Bens Ventos, Formosa, Laranjeira, Complexo Atlânticas e Complexo Macacos que adotaram o regime de tributação com base no lucro real. Na controladora e nas SPFs em construção e em preparação (em desenvolvimento) foi adotado o regime de tributação com base no lucro real. O quadro a seguir demonstra a reconciliação do efetivo tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social aplicando-se as alíquotas válidas para a controladora e os efeitos consolidados vigentes nos respectivos exercícios.

Controlladora Consolidado 2014 2013 2013 2013 Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social Alíquota vigente Expectativa de crédito de imposto de renda e contribuição social as alíquotas vigentes Reconciliação para a taxa efetiva (efeitos da aplicação das taxas fiscais):

Controlladora Consolidado 2014 2013 2013 2013 Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social Alíquota vigente Expectativa de crédito de imposto de renda e contribuição social as alíquotas vigentes Reconciliação para a taxa efetiva (efeitos da aplicação das taxas fiscais):

Controlladora Consolidado 2014 2013 2013 2013 Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social Alíquota vigente Expectativa de crédito de imposto de renda e contribuição social as alíquotas vigentes Reconciliação para a taxa efetiva (efeitos da aplicação das taxas fiscais):

Controlladora Consolidado 2014 2013 2013 2013 Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social Alíquota vigente Expectativa de crédito de imposto de renda e contribuição social as alíquotas vigentes Reconciliação para a taxa efetiva (efeitos da aplicação das taxas fiscais):

Controlladora Consolidado 2014 2013 2013 2013 Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social Alíquota vigente Expectativa de crédito de imposto de renda e contribuição social as alíquotas vigentes Reconciliação para a taxa efetiva (efeitos da aplicação das taxas fiscais):

Controlladora Consolidado 2014 2013 2013 2013 Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social Alíquota vigente Expectativa de crédito de imposto de renda e contribuição social as alíquotas vigentes Reconciliação para a taxa efetiva (efeitos da aplicação das taxas fiscais):

Controlladora Consolidado 2014 2013 2013 2013 Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social Alíquota vigente Expectativa de crédito de imposto de renda e contribuição social as alíquotas vigentes Reconciliação para a taxa efetiva (efeitos da aplicação das taxas fiscais):

Controlladora Consolidado 2014 2013 2013 2013 Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social Alíquota vigente Expectativa de crédito de imposto de renda e contribuição social as alíquotas vigentes Reconciliação para a taxa efetiva (efeitos da aplicação das taxas fiscais):

Controlladora Consolidado 2014 2013 2013 2013 Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social Alíquota vigente Expectativa de crédito de imposto de renda e contribuição social as alíquotas vigentes Reconciliação para a taxa efetiva (efeitos da aplicação das taxas fiscais):

Controlladora Consolidado 2014 2013 2013 2013 Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social Alíquota vigente Expectativa de crédito de imposto de renda e contribuição social as alíquotas vigentes Reconciliação para a taxa efetiva (efeitos da aplicação das taxas fiscais):

Controlladora Consolidado 2014 2013 2013 2013 Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social Alíquota vigente Expectativa de crédito de imposto de renda e contribuição social as alíquotas vigentes Reconciliação para a taxa efetiva (efeitos da aplicação das taxas fiscais):

Controlladora Consolidado 2014 2013 2013 2013 Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social Alíquota vigente Expectativa de crédito de imposto de renda e contribuição social as alíquotas vigentes Reconciliação para a taxa efetiva (efeitos da aplicação das taxas fiscais):

Controlladora Consolidado 2014 2013 2013 2013 Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social Alíquota vigente Expectativa de crédito de imposto de renda e contribuição social as alíquotas vigentes Reconciliação para a taxa efetiva (efeitos da aplicação das taxas fiscais):

Controlladora Consolidado 2014 2013 2013 2013 Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social Alíquota vigente Expectativa de crédito de imposto de renda e contribuição social as alíquotas vigentes Reconciliação para a taxa efetiva (efeitos da aplicação das taxas fiscais):

Controlladora Consolidado 2014 2013 2013 2013 Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social Alíquota vigente Expectativa de crédito de imposto de renda e contribuição social as alíquotas vigentes Reconciliação para a taxa efetiva (efeitos da aplicação das taxas fiscais):

Controlladora Consolidado 2014 2013 2013 2013 Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social Alíquota vigente Expectativa de crédito de imposto de renda e contribuição social as alíquotas vigentes Reconciliação para a taxa efetiva (efeitos da aplicação das taxas fiscais):

Controlladora Consolidado 2014 2013 2013 2013 Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social Alíquota vigente Expectativa de crédito de imposto de renda e contribuição social as alíquotas vigentes Reconciliação para a taxa efetiva (efeitos da aplicação das taxas fiscais):

Controlladora Consolidado 2014 2013 2013 2013 Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social Alíquota vigente Expectativa de crédito de imposto de renda e contribuição social as alíquotas vigentes Reconciliação para a taxa efetiva (efeitos da aplicação das taxas fiscais):

Controlladora Consolidado 2014 2013 2013 2013 Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social Alíquota vigente Expectativa de crédito de imposto de renda e contribuição social as alíquotas vigentes Reconciliação para a taxa efetiva (efeitos da aplicação das taxas fiscais):

Controlladora Consolidado 2014 2013 2013 2013 Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social Alíquota vigente Expectativa de crédito de imposto de renda e contribuição social as alíquotas vigentes Reconciliação para a taxa efetiva (efeitos da aplicação das taxas fiscais):

Controlladora Consolidado 2014 2013 2013 2013 Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social Alíquota vigente Expectativa de crédito de imposto de renda e contribuição social as alíquotas vigentes Reconciliação para a taxa efetiva (efeitos da aplicação das taxas fiscais):

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o Exercício Findo em 31/12/2014 (Em milhares de reais - R\$)

• Transações com partes relacionadas: devido às características específicas dos acordos assinados entre a Companhia e suas controladas, entre elas, o fato dos AFACs não apresentarem remuneração ou data de vencimento, os valores registrados se aproximam dos valores justos dos instrumentos na data destas demonstrações financeiras. **26.2. Ativos registrados a valor justo no balanço patrimonial:** A Companhia e suas controladas classificam seus instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, entre os Níveis 1 a 3, como descrito abaixo, com base no grau observável da apuração do valor justo: • Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas através de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. • Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços). • Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis). A Companhia e suas controladas classificam seus títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras, nos montantes de R\$436 e R\$4.888, respectivamente, em 31/12/2014 (R\$952 e R\$23.854, respectivamente, em 31/12/2013) como sendo mensurações de valor justo de Nível 2. **26.3. Considerações sobre riscos:** Risco de crédito: Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeiras e patrimoniais de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de "rating". Em 31/12/2014, o saldo de contas a receber de clientes, consolidado, inclui entre outros, valores devidos pelos seguintes agentes: (i) R\$110.903 (47% do total) pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETRÓBRAS (Proinfra), (ii) R\$52.190 (22% do total) pela Câmara de Comercialização de Energia - CCEE (R\$38.330 de CER, R\$10.570 de CCEAR e R\$3.290 de mercado livre), (iii) R\$32.225 (14% do total) pelo Grupo CPFL (acionista controlador) e (iv) R\$39.624 (17% do total) por outras empresas. **Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro):** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas controladas fazem para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices ("covenants") previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. **Risco de taxas de juros:** Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. **Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros:** Em conformidade à instrução CVM nº 475, de 17/12/2008, a Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de ilustrar sua sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado. Supondo: (i) que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados a taxa de juros variáveis de 31/12/2014 fosse mantido e que os respectivos indexadores anuais apurados na data-base de 31/12/2014 permanecessem estáveis (CDI em 11,57% ao ano, TJLP em 5,0% ao ano, IGPm em 3,67% ao ano e TR em 0,86% ao ano); (ii) elevação dos índices atuais em 25%; e (iii) elevação dos índices atuais em 50%. O cenário ("1") é o que reflete melhor a expectativa da Administração para os possíveis impactos das transações descritas. A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação desses cenários no resultado financeiro do Consolidado para os próximos 12 meses seria a seguinte:

Instrumentos	Indexador	Exposição	Cenário I	Elevação de índice em 25%		Elevação de índice em 50%	
Ativo Financeiro							
Aplicação CDB/Debêntures/Títulos Públicos	CDI	101.072	11.368	14.210	17.052		
Títulos e Valores Mobiliários	TR	436	4	5	6		
Aplicação Fundos*	CDI	856.060	99.901	124.876	149.852		
		957.568	111.273	139.091	166.910		
Passivo Financeiro							
Empréstimos e Financiamentos							
BNDES, FINEP, FCO, FNE e FDNE	TJLP+1,92%	(3.358.363)	(232.433)	(274.413)	(316.392)		
Empréstimos e Financiamento NIB	IGPM+8,63%	(74.196)	(9.365)	(10.106)	(10.846)		
Empréstimos e Financiamento e Debêntures	CDI+1,33%	(1.566.223)	(204.376)	(250.280)	(296.183)		
Subtotal		(4.998.782)	(446.175)	(534.798)	(623.422)		
Varição		(4.041.214)	(334.902)	(395.707)	(456.513)		

(* A aplicação em fundos não tem remuneração fixa, a remuneração média na data-base foi de 100,48% do DI.

Em 31/12/2014, o custo total de captação foi de R\$26.728. A Companhia e suas controladas têm exposição líquida passiva, uma vez que tem mais instrumentos financeiros passivos que ativos; desta forma a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros é feita considerando a deterioração do cenário econômico, com aumento das taxas de juros. **Risco de vencimentos antecipados de empréstimos e financiamentos:** A ocorrência de eventos de inadimplemento em alguns dos instrumentos de dívida da Companhia e suas controladas poderá configurar o vencimento antecipado de outros instrumentos de dívida. O risco de vencimento antecipado decorrente do não cumprimento dos "covenants" financeiros atrelados às dívidas do grupo está detalhado nas notas explicativas nº 15 e nº 16. **26.4. Análise de liquidez:** A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Executiva, que elaborou um modelo de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Para os fluxos de caixa com juros pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações.

	Controladora						
	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
31/12/2014							
Fornecedores	23.777	780	-	-	-	-	24.557
Empréstimos e Financiamentos - principal e encargos	11.206	22.011	97.971	248.781	231.116	602.209	1.213.292
Debêntures - principal e encargos	-	52.750	254.077	285.671	369.453	401.955	1.363.906
Contas a pagar de aquisições	-	-	-	-	11.025	-	11.025
Total	34.983	75.541	352.048	545.477	600.569	1.004.164	2.612.780
Consolidado							
31/12/2014							
Fornecedores	104.475	3.855	633	-	-	-	108.993
Empréstimos e Financiamentos - principal e encargos	44.531	91.674	472.514	1.210.682	1.089.021	2.683.907	5.592.328
Debêntures - principal e encargos	-	52.750	389.530	461.806	624.991	878.995	2.408.071
Taxas regulamentares	198	-	-	-	-	-	198
Contas a pagar de aquisições	-	-	-	15.656	-	-	15.656
Total	149.204	148.309	862.677	1.688.144	1.714.011	3.562.902	8.125.246

Em 31/12/2014, a Companhia apresentou nas demonstrações financeiras individuais o capital circulante líquido negativo no montante de R\$316.529, decorrente principalmente dos mútuos firmados com suas controladas, em dezembro de 2014, para capital de giro. Tais valores serão liquidados parcialmente no primeiro trimestre de 2015 com o saldo de dividendos a receber e novas captações, que estão em fase de negociação. **27. Coberturas de Seguros:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As usinas em construção possuem apólices contratadas de forma isolada, já que cada obra possui características e cronogramas diferentes. É prática comum a Companhia contratar 100% do valor em risco (valor total estimado do projeto) como limite máximo de indenização, já que não se pode determinar uma porcentagem da obra que terá perda máxima no caso de uma catástrofe. Já na apólice de riscos operacionais e responsabilidade civil geral, a prática é agrupar as usinas que estão em operação por tipo de geração (Pequenas Centrais Hidrelétricas, Usinas Térmicas a Biomassa, Usinas Eólicas e Solar). É prática da Companhia a determinação da usina de maior valor para estipular o limite máximo de indenização da apólice de riscos operacionais, já que contratar como limite o montante total do valor em risco caracteriza uma situação pouco provável ou nula, em que todas as usinas teriam perda total no mesmo período. Sendo assim, prefer-se assegurar com um limite que dê conforto para cobrir totalmente a usina de maior valor no caso de uma catástrofe, ou qualquer outra usina de menor valor na apólice. No caso de utilizar-se todo o limite da apólice, o mercado de seguros fornece mecanismos de reintegração do risco, pagando um prêmio proporcional por isso.

Limites Máximo de Indenização

Descrição	Ramo da Apólice	Limite Máximo de Indenização	
		31/12/2014	
Ativo Imobilizado	Riscos Operacionais - Danos Materiais, Lucros Cessantes e Riscos de Engenharia		3.211.584
Responsabilidade Civil	Obras Civis Instalação e Montagem, Concessionárias ou não de Distribuição de Energia Elétrica	118.000	
	Cobertura Compreensiva	460	
Automóveis	Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	84.035	
Pessoas	Seguro Garantia, D&O e outros	165.593	
Outros			3.579.672
Total			3.579.672

Sinistros: • Bio Alvorada: Em junho de 2013, houve um sinistro na tubulação do gás da caldeira da controlada Bio Alvorada, durante o período de testes da obra, danificando parte da estrutura e do sistema da caldeira. A obra está coberta por apólice de Risco de Engenharia e Lucros Cessantes. A seguradora foi acionada, e o processo de danos materiais foi concluído em 2014, tendo sido autorizado o pagamento de indenização, no montante de R\$5.933. Em 26/12/2014, com base nos trabalhos da perícia e regulação do sinistro, a seguradora reconheceu que o total das perdas parciais apresentadas e apuradas até o momento, para a cobertura dos lucros cessantes da Bio Alvorada, é o montante de R\$3.000. Este valor foi registrado como receita de indenização no resultado desta controlada e recebido em 29/01/2015. Em 20/02/2015, a seguradora finalizou a apuração das perdas totais para a cobertura dos lucros cessantes do sinistro ocorrido na Bio Alvorada, apresentando um valor adicional a ser pago no montante de R\$4.326 (líquido de franquia). Esse valor foi registrado no resultado desta controlada em fevereiro de 2015 e recebido dentro do próprio mês. • Bio Coopcana: Em maio de 2014, houve um sinistro na queima de bobinas do gerador da controlada Bio Coopcana, durante a operação da usina. A usina está coberta pela garantia do equipamento dada pelo fornecedor, por Seguro Garantia emitido pelo próprio fornecedor à controladora CPFL Renováveis e por apólice de seguro de Risco Operacional contratado pela controladora CPFL Renováveis. A provável causa do sinistro está sendo apurada tanto pelo fornecedor quanto por perito contratado pela controladora CPFL Renováveis. Em 31/12/2014 o gerador já tinha sido reparado pelo fornecedor. As premissas adotadas para a contratação de seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão. Consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes. **28. Compromissos:** **28.1. Arrendamento mercantil:** Os arrendamentos são classificados como operacionais, uma vez que os termos dos contratos de arrendamento não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato. Até 31/12/2014, a Companhia e suas controladas firmaram contratos de arrendamento de terras, compostos da seguinte forma:

Referência	Assinatura do Contrato	Área (ha)	Prazo	Índice Reajuste	RS mil Pagamento	
					Ano - 2014	Ano - 2013
2	39508	2.079	28 anos	IGP-M	2.050,0	
2	38961	437	28 anos	IGP-M	2.992,0	
2	37165	1.094	28 anos	IGP-M	1.450,0	
2	37316	423	28 anos	IGP-M	1.024,0	
2	37226	107	28 anos	IGP-M	450,0	
2	33965	183	37 anos	IGP-M	379,0	
1	39722	3.300	37 anos	IGP-M	21,0	
1	39539	3.206	37 anos	IGP-M	20,0	
1	40483	701	25 anos	IPCA	7,0	
1	40725	2.974	35 anos	IPCA	98,4	
1	39934	809	28 anos	IGP-M	6,6	
1	41061	2.144	35 anos	IPCA	0,8	
1	41061	3.088	35 anos	IPCA	9,9	
1	41061	602	35 anos	IPCA	1,2	
1	41061	451	35 anos	IPCA	16,0	
1	41061	1.138	35 anos	IPCA	44,9	
1	40725	3.447	35 anos	IPCA	82,0	
1	40848	1.852	35 anos	IPCA	9,9	
1	41214	797	35 anos	IPCA	24,5	
1	41000	1.350	35 anos	IPCA	49,4	
1	41000	865	35 anos	IPCA	25,4	
1	41091	417	35 anos	IPCA	8,9	
1	41030	303	35 anos	IPCA	9,4	
1	41153	2.365	35 anos	IPCA	18,9	
1	41153	680	35 anos	IPCA	18,9	
1	41183	5.072	35 anos	IPCA	88,6	
1	41183	1.820	35 anos	IPCA	77,5	
1	41183	2.900	35 anos	IPCA	35,8	
1	41183	5.050	35 anos	IPCA	119,1	
1	41122	1.965	35 anos	IPCA	47,7	
1	41153	2.136	35 anos	IPCA	21,7	
1	41183	1.500	35 anos	IPCA	26,7	
1	41183	1.101	35 anos	IPCA	4,7	
1	41000	1.712	35 anos	IPCA	43,3	
1	41214	1.560	35 anos	IPCA	61,9	
1	41061	3.270	35 anos	IPCA	53,8	
1	41153	4.596	35 anos	IPCA	17,5	
2	41153	2.314	35 anos	IGP-M	1.964,0	
2	39661	322	25 anos	IGP-M	822,0	
2	39661	217	25 anos	IGP-M	95,0	
2	39661	88	25 anos	IGP-M	120,0	
2	39661	145	25 anos	IGP-M	107,0	
2	39661	239	25 anos	IGP-M	5,2	
2	39661	238	25 anos	IGP-M	5,2	
2	39934	208	25 anos	IGP-M	5,2	
2	40513	9.694	37 anos	IGP-M	58,2	
2	40513	1.225	37 anos	IGP-M	7,4	
2	40513	3.277	37 anos	IGP-M	19,7	
2	40513	4.871	37 anos	IGP-M	29,2	
2	40513	19.067	37 anos	IGP-M	470,7	
Total					13.125	

Observações (valores expressos em reais - R\$): 1. Fase pré-operacional: valores mensais de R\$1,0 a R\$3,0 por hectare. 2. Fase operacional: valores mensais conforme receita bruta de energia. A seguir o cronograma de pagamento dos compromissos de arrendamentos:

Vencimento	Consolidado		
	Fixo	Variável	Total
2015	4.158	11.073	15.231
2016	4.126	13.061	17.187
2017	4.274	14.674	18.948
2018	4.562	15.326	19.888
2019	4.711	16.019	20.730
2020 a 2024	19.366	79.923	99.289
2025 a 2029	18.850	78.797	97.647
2030 a 2034	18.850	60.340	79.190
2035 a 2039	18.850	40.219	59.069
2040 a 2044	18.850	40.219	59.069
2045 a 2049	17.792	13.373	31.529
2050 a 2054	3.241	-	3.241
Total	137.630	383.388	521.018

Diretoria

André Dorf Diretor Presidente	João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras & de Operação e Manutenção	Carlos Wilson Silva Ribeiro Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Alessandro Gregori Filho Diretor de Novos Negócios	Marcio Antonio Severi Diretor Institucional de Regulação e Comercialização de Energia	Contadora Responsável Daniela Ribeiro Mendes - CRC1SP199348/O-0

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras da Companhia, bem como concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes referenciadas no relatório dos Auditores Independentes a seguir apresentado.
São Paulo, 02 de Março de 2015

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nossa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referidas anteriormente apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31/12/2014, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de

apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. São Paulo, 2 de março de 2015

28.2. Compromisso de aquisição negócios (preço complementar): A Companhia firmou compromisso com o sócio minoritário referente a pagamento complementar na compra das SPEs Cajueiro Energia S.A. e Baixa Verde Energia S.A., condicionado à viabilização dos parques eólicos para participação em leilões de energia para construção de empreendimentos. Caso a transação seja completada, a Companhia deverá desembolsar até 2015 o montante de R\$4.655 atualizado monetariamente pelo IGP-M. Esse valor está registrado como passivo na rubrica de contas a pagar de aquisições. A controlada DESA possui o montante pagar de R\$3.350, pela aquisição de Renascer Centrais Elétricas, que será pago quando forem obtidas as licenças necessárias para a implantação da Usina. Também possui o montante a pagar de R\$1.281, pela aquisição dos direitos sobre a licença de instalação, projeto básico e demais estudos e direitos relacionados à PCH Mata Velha. Os valores acima passaram a ser consolidadas na Companhia a partir de 1/10/2014, após a associação com a DESA. **28.3. Outros compromissos:** Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo para construção de usinas e prestação de serviço de manutenção e operação:

Em R\$ mil	2015	2016	2017	2018	2019	A partir de 2020	Total
Aluguéis	1.359	168	48	-	-	-	1.575
Contratos de construção de usinas	172.977	827.565	48.793	73	73	-	1.049.481
Contratos de prestação de serviço de manutenção e operação de usina	72.817	37.796	29.407	25.688			